ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIQUEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIQUEZA

PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA (PPR-ESP)

MUNICÍPIO DE RIQUEZA

2022 -2024

Prefeito Municipal

Renaldo Mueller

Vice-Prefeito

Leandro Alba

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social

Marcos Roberto de Aguiar

Secretário de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Claudecir Cecatto

Secretário Municipal de Agricultura

Marcos Antonio Garlet

Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal

Francieli Pesamosca

2023

Revisões do PPR-ESP

Revisões	Datas	Alterações	Responsáveis
Revisão 0			

Compartilhamento do plano

Local	Respónsavel
https://riqueza.sc.gov.br/	Ponto focal do VIGIDESASTRE

Responsáveis pela aplicação do PPR-ESP

Função	Nome	e-mail	Telefone(s)
Secretário Municipal de Saúde	Marcos Roberto de Aguiar	saude@riqueza.sc.gov.br	(49) 36753250
Ponto focal municipal do VIGIDESASTRES (Fiscal sanitarista)	Francieli Pesamosca	vigilancia_riqueza@hotmail.com	(49) 36753265

Equipe de elaboração do PPR-ESP

Integrantes
I. Francieli Pesamosca
Colaboradores
I. Marcos Roberto de Aguiar
II. Carolina Luiza Serafini
III. Andreia Cristina Nicolay dos Santos
IV. Andre Eduardo Pignat
V. Gabriela Marostica
VI. Wanderlei José Kosczinski
VII. Marcos Antonio Garlet
VIII. Claudecir Cecatto
IX. Sargento Erico Milani da Rocha.
X. Júlio Manoel Uruqueta Gomez

Lista de Abreviaturas

ANA – Agencia Nacional de Águas

CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

CLIMERH - Centro Integrado de Meteorologia e Recursos Hídricos de Santa Catarina

COBRADE – Classificação e Codificação Brasileira de Desastres

COES - Centro de Operações de Emergência em Saúde

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CIB - Comissão Intergestora Bipartite

CGVAM - Coordenação Geral de Vigilância Ambiental em Saúde

CONPDEC - Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil

COVID-19 – Coronavírus

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social Básica

DIAF - Diretoria De Assistência Farmacêutica

DIVS – Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina

DMER – Departamento Municipal de Estrada e Rodagem

DSAST - Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

ESPIN - Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional

ESP- Emergência em Saúde Pública.

ESPII – Emergência de saúde pública de importância internacional

FBDS – Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável

FN/SUS - Força Nacional do Sistema Único de Saúde

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INMET- Instituto Nacional de Meteorologia

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MS – Ministério da Saúde

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PNPDEC - Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

PPR-ESP – Planos de Preparação e Resposta para Emergências em Saúde Pública

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNVS - Política Nacional de Vigilância em Saúde

SES – Secretaria do Estado da Saúde

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

SC – Santa Catarina

SUS - Sistema Único de Saúde

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SINPDEC - Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil

SVS - Secretaria de Vigilância em Saúde

RSI - Regulamento Sanitário Internacional

VIGIDESASTRES – Programa de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres

Lista de Quadros

Quadro 01. Lista de equipamentos e máquinas

Quadro 02. Lista de representantes da SMS.

Lista de Figuras

Figura 01 – Mapa municipal de Riqueza.

Figura 02 - Evolução do IDH do município de Riqueza.

Figura 03 - Climatologia e histórico de previsão do tempo.

Figura 04 - Anomalia-Precipitação Acumulada. Fonte:

Figura 05 – Precipitação observada.

Figura 06 – Mapa do Município de Riqueza quanto ao uso do Solo.

Figura 07 – Arroio Riqueza.

Figura 08 – Bacia Hidrográfica Rio Uruguai.

Figura 09 – Hidrografia do município de Riqueza.

Sumário

Apresentação 9
1. Objetivos 10
1.1 Objetivo Geral 10
1.2 Objetivos Específicos 11
2. Marco legal e normativo 11
3. Caracterização do Município 14
3.1 Aspectos Socioeconômicos 16
3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 16
3.3 Atividades Econômicas 17
3.4 Características físicas 17
3.4.1 Clima 17
3.4.2 Pluviometria 18
3.4.3 Pedologia 20
3.5 Hidrografia 22
3.6 Saúde 24
3.7 Assistência Social 25
3.8 Segurança.....26
3.8.1 Polícia Militar 26
3.8.2 Polícia Civil 26
3.9 Obras 27
4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos 28
5. Gestão de Risco em Desastres 29
5.1 Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres 29
5.2 Classificação do desastre, de acordo com o COBRADE 30
5.2.1 Vendaval - 1.3.2.1.5 30
5.2.2 Estiagem - 1.4.1.1.0 30
5.2.3 Enxurradas - 1.2.2.0.0 30
5.2.4 Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 30

5.2.5 Doenças Infeciosas Virais - 1.5.1.1.0 31
5.3 Atuação de gestão do risco 31
5.3.1 Ocorrência de Vendaval 31
5.3.2 Ocorrência de Granizo 34
5.3.3 Ocorrência de Estiagem 36
5.3.4 Ocorrência de Enxurradas 38
5.3.5 Ocorrência de Chuvas Intensas 41
5.3.6 Ocorrência de Doenças Infecciosas Virais 44
6. Organização da resposta às emergências em saúde pública 46
6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES) 46
6.2 Sala de situação 46
7. Informações à população 47
8. Capacitações 48
9. Referências 49
Anexo I 51
Anexo II 52
Anexo III 55

Apresentação

No Brasil, assim como em outros países, há uma tendência de crescimento dos desastres de origem natural (como as inundações, secas e deslizamentos) e tecnológicos (químicos e radioativos, por exemplo) e de seus impactos humanos (incluindo os impactos sobre a saúde), ambientais e materiais.

Os desastres são variados e muitas vezes imprevisíveis, mas sua recorrência ao longo dos anos permite identificar tipos mais frequentes e municípios e regiões mais afetados. No entanto, mesmo que possamos identificar e caracterizar os desastres, é importante observar que cada um deles tem uma particularidade em relação ao tipo de evento, sua complexidade, ao tamanho da área afetada e às características da população exposta, bem como diferentes condições socioambientais presentes no território, que podem afetar de formas variadas a saúde das populações.

O Programa Nacional de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres (VIGIDESASTRES) propõe o desenvolvimento de ações contínuas no âmbito da saúde pública, baseado em um modelo de atuação nas etapas de gestão do risco de desastre que configure uma ESP. Pode-se afirmar que uma ESP seja um tipo de evento adverso (desastre) com consequências danosas à saúde pública da população atingida por este.

A gestão de risco de desastres exige um processo de antecipação, planejamento e preparação para resposta, envolvendo os diferentes setores e esferas de governo (municipal, estadual e federal), assim como a sociedade organizada e as comunidades suscetíveis.

Nesse processo, a organização governamental do município, envolvendo os seus diferentes setores, é de fundamental importância, já que situações de desastres ocorrem no território e o município é o primeiro respondedor.

O setor saúde tem grande responsabilidade nesse processo, já que os impactos dos desastres resultam em efeitos diretos (curto, médio e longo prazos) e indiretos sobre a saúde e o bem-estar das populações. Desse modo, os desafios são muitos e exigem que o município planeje, prepare, teste e mantenha um plano “vivo” de resposta aos desastres de origem natural ou

tecnológica, integrando-o às estratégias já existentes do setor saúde e às lições aprendidas no passado com eventos similares.

Esse processo de preparação exige um trabalho contínuo de pesquisa e construção de informações para identificação das áreas vulneráveis e das populações expostas aos riscos de desastres – o que exige combinar dados socioambientais, características da população e de sua situação de saúde, assim como os recursos e as capacidades de respostas envolvendo a prevenção de doenças, a atenção e o cuidado à saúde e a promoção da saúde nessas áreas.

O Estado de Santa Catarina, através da deliberação CIB 99/2022, aprovou a elaboração de ações do “VIGIDESASTRES” no estado, a qual definiu que os municípios são responsáveis por apresentar o Plano Municipal de Preparação e Resposta a Emergências em Saúde Pública (PPR-ESP), com a finalidade de elaborar de forma qualificada e cooperativa, as ações intersetoriais de atuação em situações de emergência em saúde e desastres que demandem emprego urgente de medidas de prevenção, resposta, controle e contenção de riscos, com a finalidade de reduzir danos e agravos à saúde pública, levando em consideração as características geográficas, ambientais, climatológicas, hidrográficas, demográficas, epidemiológicas, sociais e econômicas de cada localidade.

1. Objetivos

1.1 Objetivo Geral

O Plano Municipal De Preparação e Resposta a Emergências em Saúde Pública (PPR-ESP), objetiva manter o acolhimento à população atingida pelos eventos adversos, bem como intensificar ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde, buscando minimizar o impacto e os riscos decorrentes das situações adversas provocados por desastres naturais sobre a saúde pública.

1.2 Objetivos Específicos

- Definir a estratégia de atuação da Secretaria Municipal de Saúde na resposta às emergências em saúde pública;
- Estabelecer atuação coordenada, para resposta às emergências em saúde pública, potencializando a utilização de recursos;
- Permitir, por meio da atuação coordenada, a interlocução do setor Saúde e com órgãos intersetoriais para garantir uma resposta oportuna, eficiente e eficaz;
- Identificar as funções e as responsabilidades das diferentes áreas do setor de saúde, e a interação com os meios de comunicação e mídia em geral, durante uma emergência em saúde pública;
- Estabelecer a utilização de protocolos e procedimentos comuns para a resposta às emergências em saúde pública;
- Organizar medidas de atuação em conjuntos entre os setores públicos, como por exemplo: Secretária de Saúde, Defesa Civil, Secretária da Agricultura, DMER, Corpo de Bombeiros, Setor de Assistência Social, Setores de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, EPAGRI.

2. Marco legal e normativo

Para embasamento das ações propostas neste PPR-ESP, foi realizada pesquisa exploratória sobre o arcabouço legal vigente, contendo as ações coordenadas de gerenciamento dos riscos e dos impactos dos desastres. Diante disso, o arcabouço legal está apresentado a seguir:

- Lei n° 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

- Portaria n° 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).

- Lei n° 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

- Portaria n° 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

- Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.

- Decreto n° 7.616 (2011): "Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS".

- Portaria n° 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto n° 7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).

- Decreto n° 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".

- Portaria n° 2.914 (2011): procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

- Lei n° 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

- Decreto n° 7.508 (2011): Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

- Portaria nº 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

- Portaria nº 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

- Resolução nº 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).

- Portaria nº 188 (2020): "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)".

- Decreto nº 10.212 (2020): "Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005". No documento "Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)" referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, "a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas".

- Portaria SES nº 614 (2021): visa "instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde".

- Portaria SES nº 615 (2021): visa "aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)".

- Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.

- A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.

- A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.

- Portaria GM/MS Nº 4.085 (2022), que altera o Anexo XXVII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Rede de Vigilância, Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública do Sistema Único de Saúde - Rede VIGIAR-SUS.

- Portaria GM/MS Nº 4.185 (2022), que institui o Programa Nacional de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres - VIGIDESASTRES, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

- PORTARIA Nº 814 (2022), dispõe sobre a normatização da distribuição do Hipoclorito de Sódio 2,5% à população do Estado de Santa Catarina em situação de risco, onde não há acesso à rede pública de distribuição de água tratada, com objetivo de desinfecção e prevenção às doenças de transmissão hídrica entérica.

- Nota Técnica N.º 004/2021 - DIVS/SUV/SES/SC, orienta sobre o controle relacionado aos Veículos Transportadores de Água para Consumo Humano (Carros Pipas) no Estado de Santa Catarina.

- Nota Técnica Conjunta DIVS e Defesa Civil N.º 002/2022, dispõe sobre a regulamentação do uso de Kit para Transporte de Água fornecido pela Defesa Civil do Estado de Santa Catarina para os municípios em enfrentamento da estiagem.

3. Caracterização do Município

Há muitos anos atrás (1930), às margens do rio Iracema, nascia uma nova esperança. Esperança esta, vinda da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS e da Alemanha, junto com imigrantes que aqui chegavam trazidos pela Empresa Colonizadora Territorial Sul Brasil.

Em meio a mata, cheios de sonhos e esperanças de uma vida melhor e com a perspectiva de trazer o progresso e o desenvolvimento, as famílias teuto-russas e, posteriormente, italianas e luso-brasileiras (caboclas) iniciaram uma nova Riqueza. Riqueza pela mata abundante (madeira de lei), utilizada como recurso econômico, mas que também dificultava o início da colonização e do povoamento nesta “nova terra”.

O Município de Riqueza teve sua emancipação política administrativa em 12 de dezembro de 1991. Hoje possui o Distrito Cambucica, criado em 15 de junho de 2022 e mais 23 localidades com acesso rodoviário não

pavimentado, necessitando-se para percorrer a mais distante comunidade do município um tempo médio de 60 minutos. e. São elas: Linha Cambucica, Vila Nova, Iracema, Jataí, Consoladora, Anta Gorda Alta, Anta Gorda Baixa, Flor da Serra, Brilhante, São Roque, São Pedro, Poço Torto, Três Forquilhas, Pato Branco Alto, Pato Branco Baixo, Progresso, Cadete, Conceição, Saltinho, Farroupilha, Alta Riqueza, Linha Riqueza e Linha 43.

A figura 01 apresenta o mapa municipal de Riqueza.

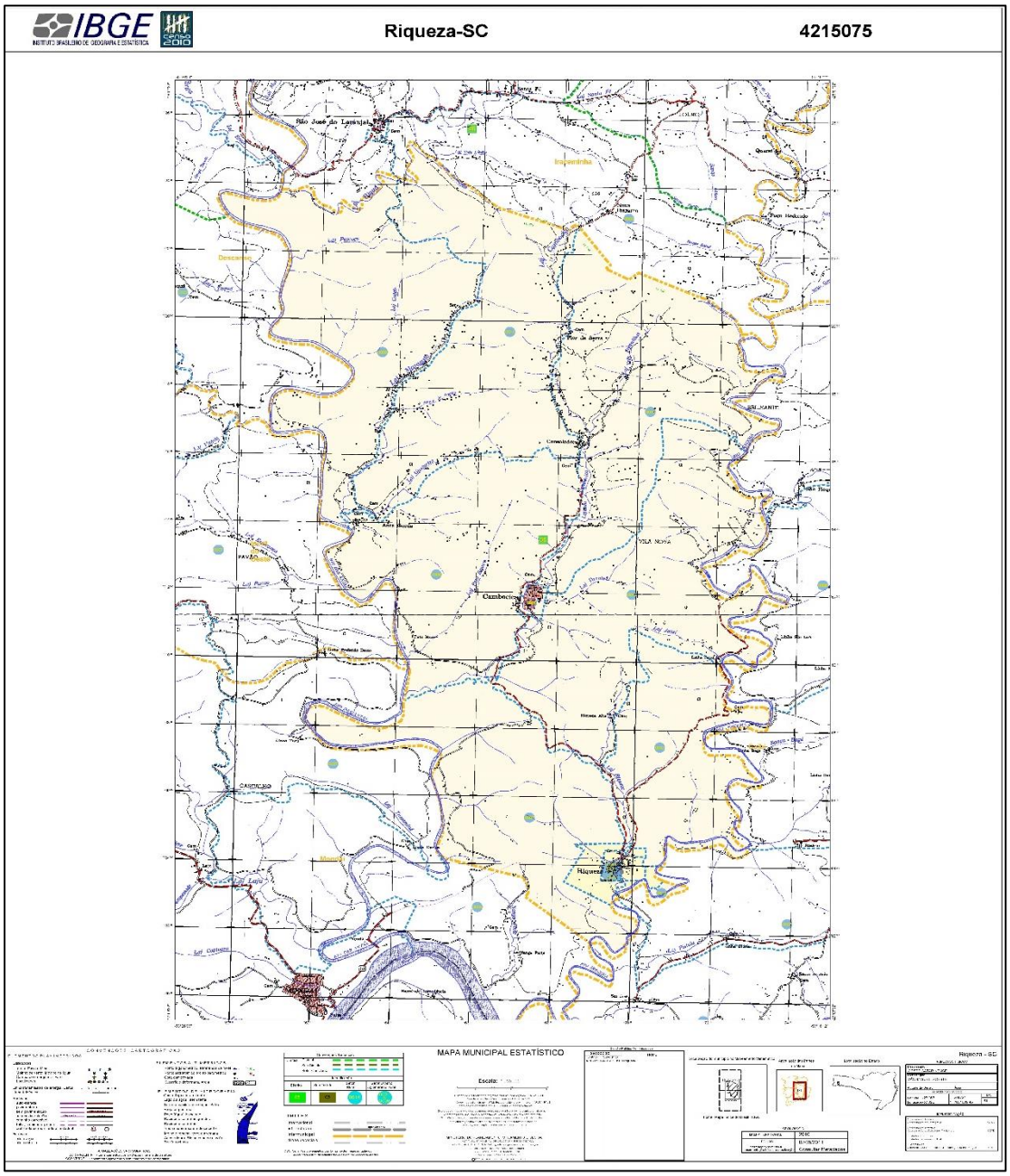


Figura 01 – Mapa municipal de Riqueza.
Fonte: IBGE (2023).

Tendo limites territoriais ao norte com o Município de Iraceminha, ao sul com o Município de Mondaí, ao leste com o Município de Caibi e ao oeste com os Municípios de Descanso e Iporã do Oeste.

Com relevo acidentado com uma altitude média de 220 m.

3. 1 Aspectos Socioeconômicos

O município de Riqueza está localizado na Microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina. Situado a uma Latitude de 27º27'00" e Longitude 53º25'00", possui área territorial de 191,061km², com população total de 4.525 habitantes segundo os dados do IBGE de 2021, sendo a densidade demográfica de 25,20 Hab./km² segundo os dados do IBGE de 2010.

Segundo o cadastro do Sistema de Saúde do município de Riqueza, de maio de 2023, há 2617 homens e 2513 mulheres. O município de Riqueza possui 1027 domicílios na zona urbana e 1129 domicílios na zona rural.

A faixa etária dos habitantes está dividida em:

- Crianças e adolescentes de 0 a 17 anos - 1003 pessoas.
- Adultos de 18 a 59 anos – 2968 pessoas.
- Idosos acima de 60 anos –1159 pessoas.

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é utilizado no relatório anual do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e também por outras entidades e empresas com vistas a ampliar as análises sobre determinada população para além de referenciais exclusivamente econômicos. Neste sentido o índice é composto por três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Santa Catarina, pelo levantamento de 2010 do IBGE, ocupa a 3ª posição no ranking nacional, com um IDH médio de 0,774, enquanto Riqueza atinge um IDH médio de 0,714.

A figura 02 representa a evolução da IDH do município de Riqueza, entre os anos de 1991 a 2010.

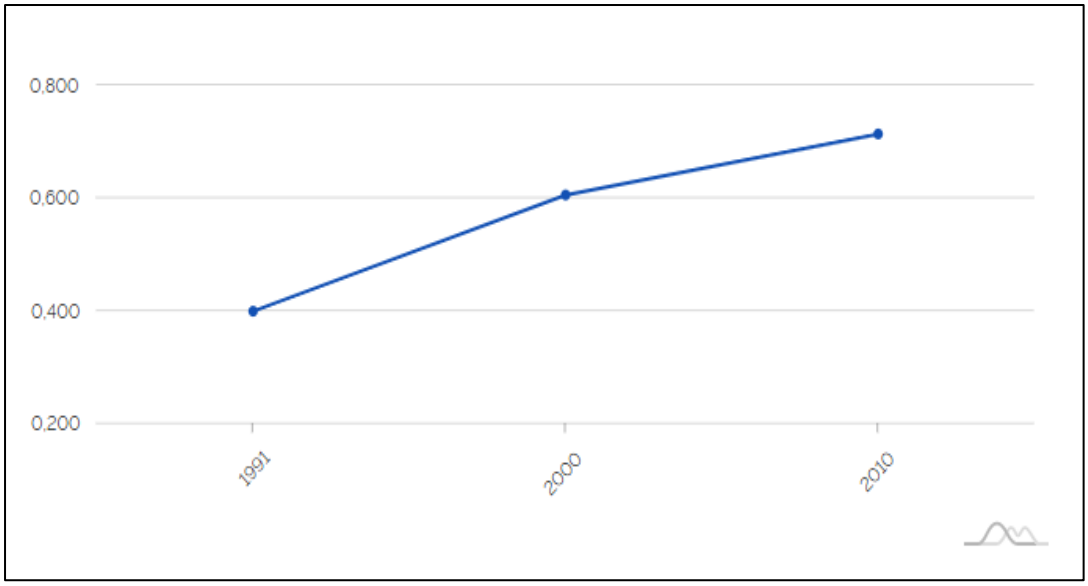


Figura 02 - Evolução do IDH do município de Riqueza.
Fonte: IBGE (2023).

3.3 Atividades Econômicas

O município de Riqueza conta hoje com várias atividades econômicas, tais como: indústrias de móveis; metalúrgicas; confecções de vestuário; fábricas de produtos de ferro, alumínio e pré-moldados; madeireiras e indústrias de alimentos entre outras.

Na agricultura apresenta como principais atividades a bovinocultura de corte e leiteira, a suinocultura, a avicultura, a piscicultura e a produção de grãos. Grande parte do território rural é formada por minifúndios, onde cada propriedade tem sua infraestrutura, nessas propriedades o trabalho é baseado na agricultura familiar.

3.4 Características físicas

3.4.1 Clima

Analisando o histórico dos últimos 10 anos do município de Riqueza e das regiões próximas, foi possível constatar a incidência de diversos eventos climáticos que causaram desastres ambientais, prejuízos à população e aumento de demanda nos atendimentos no Setor da Saúde, Setor de

infraestrutura pública, Setor de Agricultura e do Setor de Assistência Social do município. Os desastres naturais que ocorreram nos últimos anos foram:

- Vendaval;
- Estiagem;
- Enxurradas;
- Chuvas intensas.

O que foi descrito caracteriza uma situação de normalidade climática, embora, tanto os episódios de muitas chuvas, como os de pequenas estiagens, podem ser intensificados em função da atuação dos fenômenos El-Niño e La-Niña, respectivamente

3.4.2 Pluviometria

A região oeste de Santa Catarina possui característica do clima diferenciado do restante do Estado, o que ocasiona precipitações com períodos de grande intensidade e também épocas do ano com ocorrência de estiagem. Como explica Mauricí Amantino Monteiro (CLIMERH – Centro Integrado de Meteorologia e Recursos Hídricos de Santa Catarina):

> "O relevo de Santa Catarina contribui, fundamentalmente, na distribuição diferenciada da precipitação em distintas áreas do Estado. (…) no Oeste e Meio-oeste, onde a quantidade precipitada nas áreas próximas ao vale do Rio Uruguai é bem inferior às áreas mais ao norte, próximas às encostas das Serras do Capanema, da Fortuna e do Chapecó, onde ocorrem os maiores índices pluviométricos do Estado".

A figura 03 representa o comportamento da chuva e da temperatura ao longo dos últimos 30 anos no município de Riqueza, sendo possível verificar que o mês de outubro é historicamente o mês com maior volume de chuva registrado.

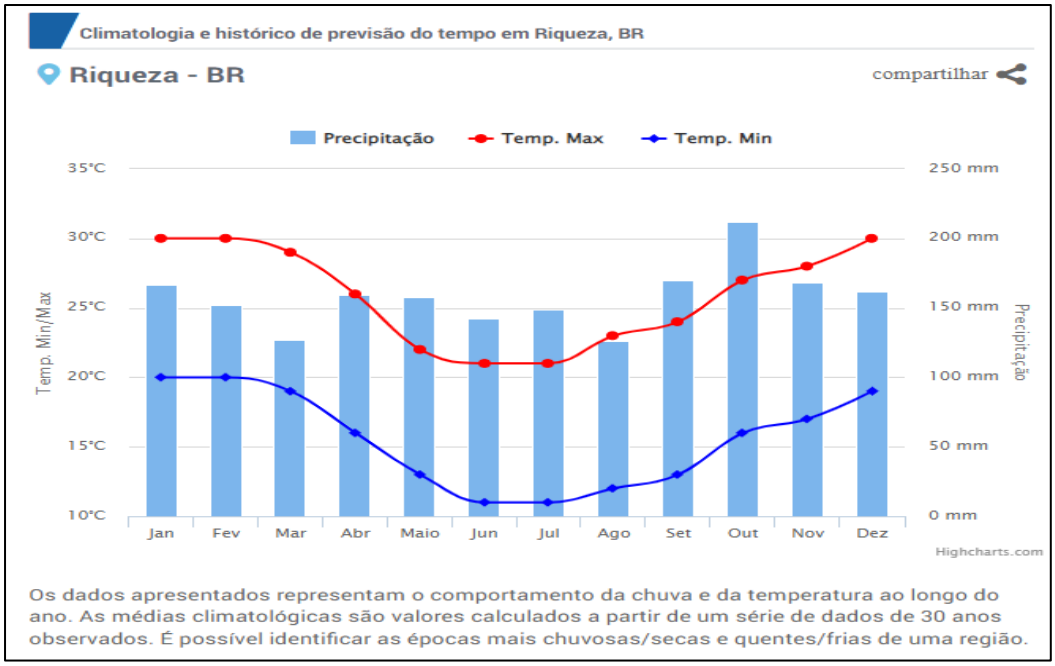
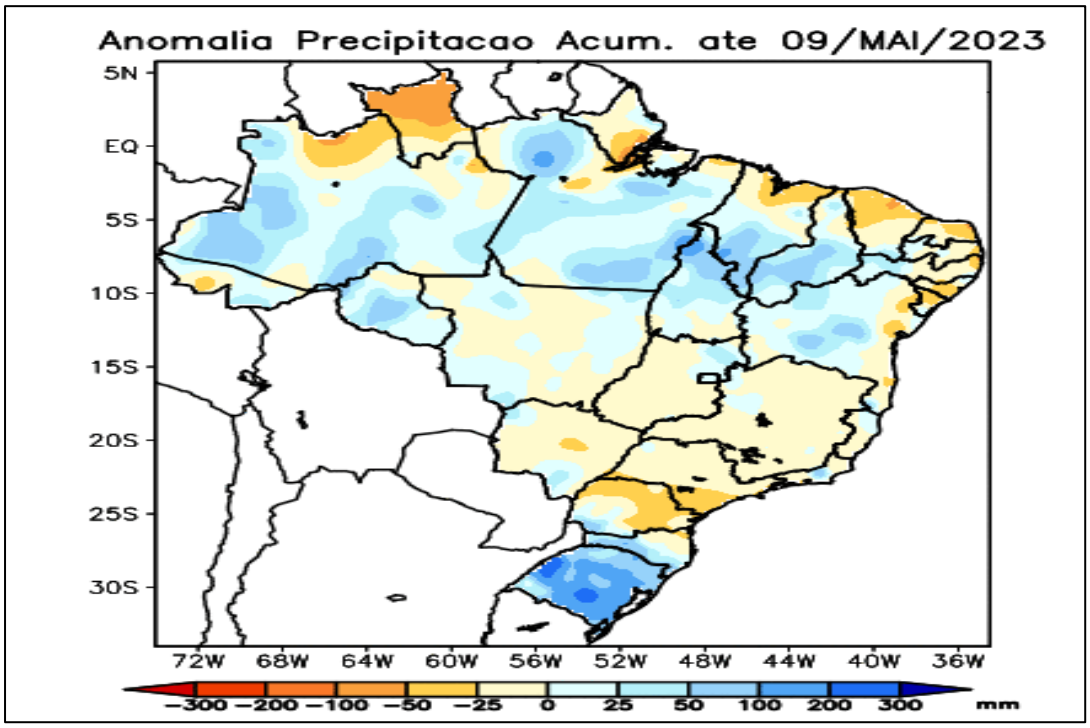


Figura 03 - Climatologia e histórico de previsão do tempo do município de Riqueza.
Fonte: Climatempo (2023).

As figuras 04 e 05 demonstram o grande volume de chuva ocorrido na Região Oeste de Santa Catarina no mês de maio de 2023.



Figuras 04 - Anomalia-Precipitação Acumulada.
Fonte: CPTEC/INPE (2023).

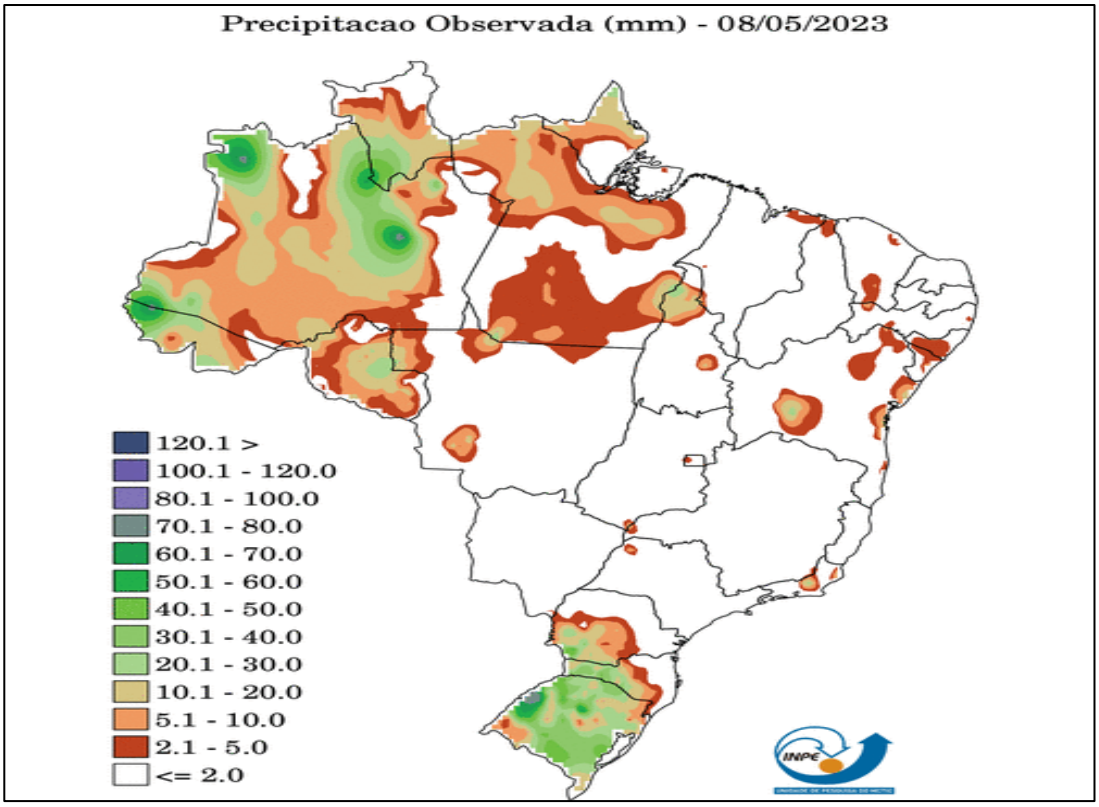


Figura 05 – Precipitação observada.
Fonte: CPRM (2023).

3.4.3 Pedologia

O Serviço Geológico do Brasil SGB/CPRM através da Setorização de áreas em alto e muito alto risco a movimentos de massa, enchentes e inundações realizaram no ano de 2018 um relatório da situação no município de Riqueza, no qual se constatou que os levantamentos efetuados demonstram que o município de Riqueza não apresentaram riscos Alto ou Muito Alto a deslizamentos, inundações ou erosões.

A figura 06 demostra a informação quanto ao uso do solo no município de Riqueza.

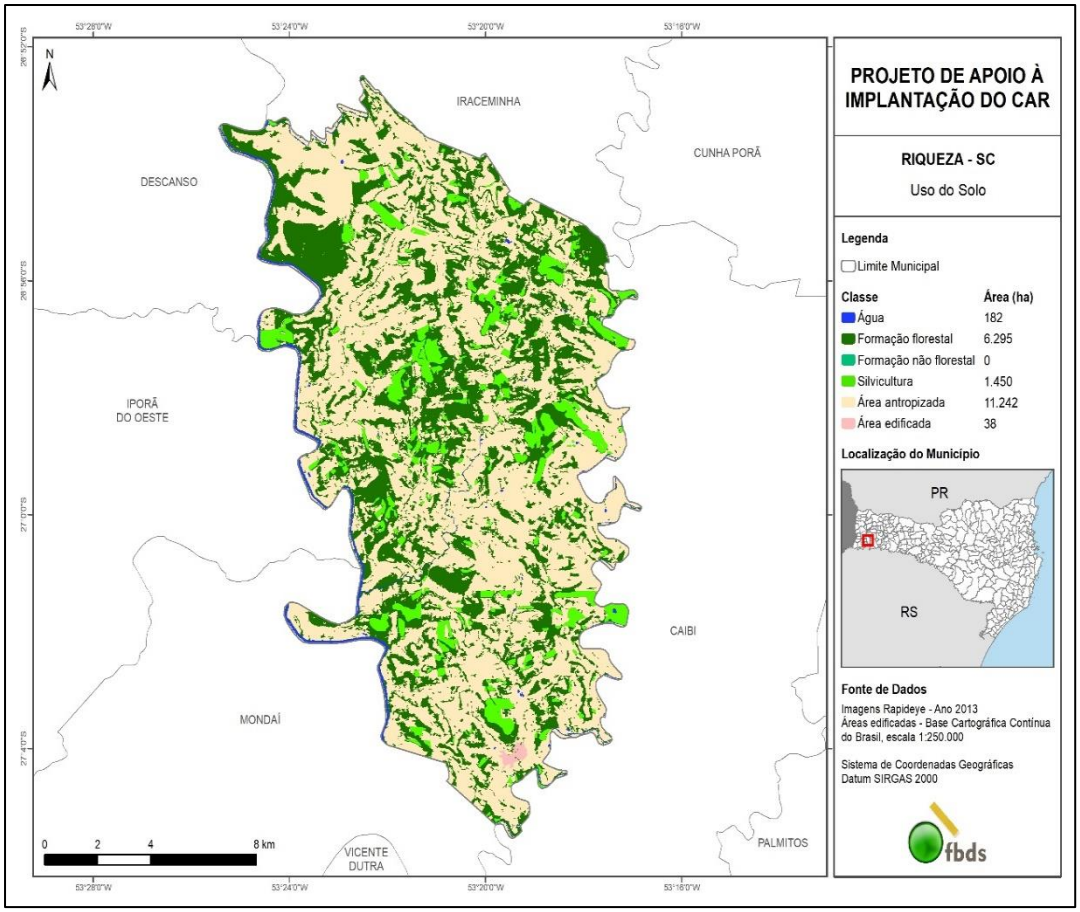


Figura 06 – Mapa do Município de Riqueza quanto ao uso do Solo.
Fonte: FBDS (2023).

Entretanto, existem no município áreas com grau de risco médios, que já causaram transtornos a moradores e demandam atenção.

Entretanto, ao percorrer o município constatou-se áreas que já causaram transtornos a moradores e demandam atenção, pois, apresentam risco potencial a população. É importante ressaltar que, de acordo com a metodologia adotada pelo projeto, a identificação dos riscos deve se restringir à região habitada atualmente. Entretanto, isso não significa que as áreas de planície de inundação ou encostas adjacentes à área identificada não sejam suscetíveis a serem atingidas por eventos de inundação ou movimentação de massa. Assim, áreas atualmente não ocupadas podem apresentar risco à população, caso sejam habitadas de maneira inadequada.

No centro da cidade, onde passa um córrego, já ouve registros de enchentes na calha do rio, chegando até a inundar em pontos mais baixos, bloqueando a passagem da estrada.

Figura 07 – Arroio Riqueza.
Fonte: CPRM (2023).

3.5 Hidrografia

Segundo a divisão atualmente adotada pela Agência Nacional de Águas - ANA, os rios que drenam o território estadual de Santa Catarina integram três grandes Regiões Hidrográficas – a Região Hidrográfica do Paraná, a Região Hidrográfica do Uruguai e a Região Hidrográfica Atlântico Sul.

A rede hídrica do Estado de Santa Catarina é rica e bem distribuída. Riqueza bem como todo o Oeste Catarinense fazem parte da Bacia do Rio Uruguai. No município de Riqueza há o Rio Antas, Rio Iracema e vários riachos e córregos. Dentre os riachos está o Arroio Riqueza, que tem como nascente na Linha Alta Riqueza e corta todo o perímetro urbano da cidade e também há Rio Cambucica que passa pelo Distrito de Cambucica.

A figura 08 mostra a Bacia do Rio Uruguai e a figura 09 mostra o Mapa Hidrográfico do município de Riqueza.

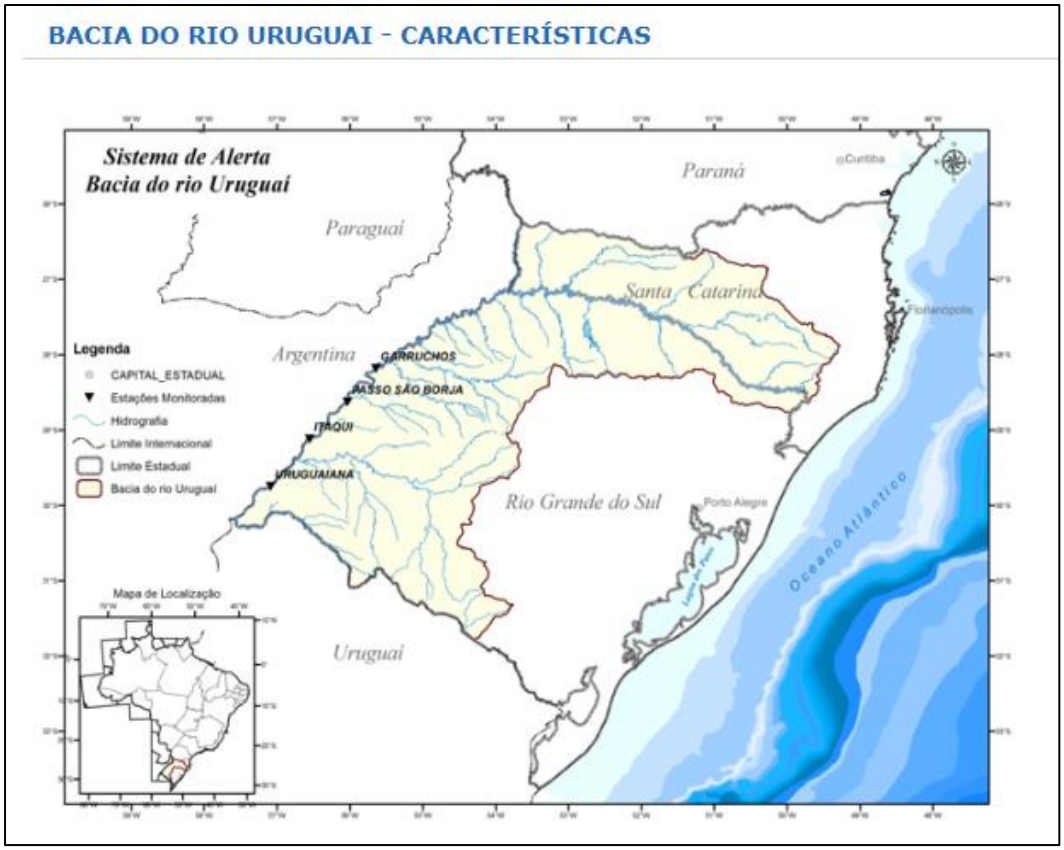


Figura 08 – Bacia Hidrográfica Rio Uruguai.
Fonte: CPRM (2023).

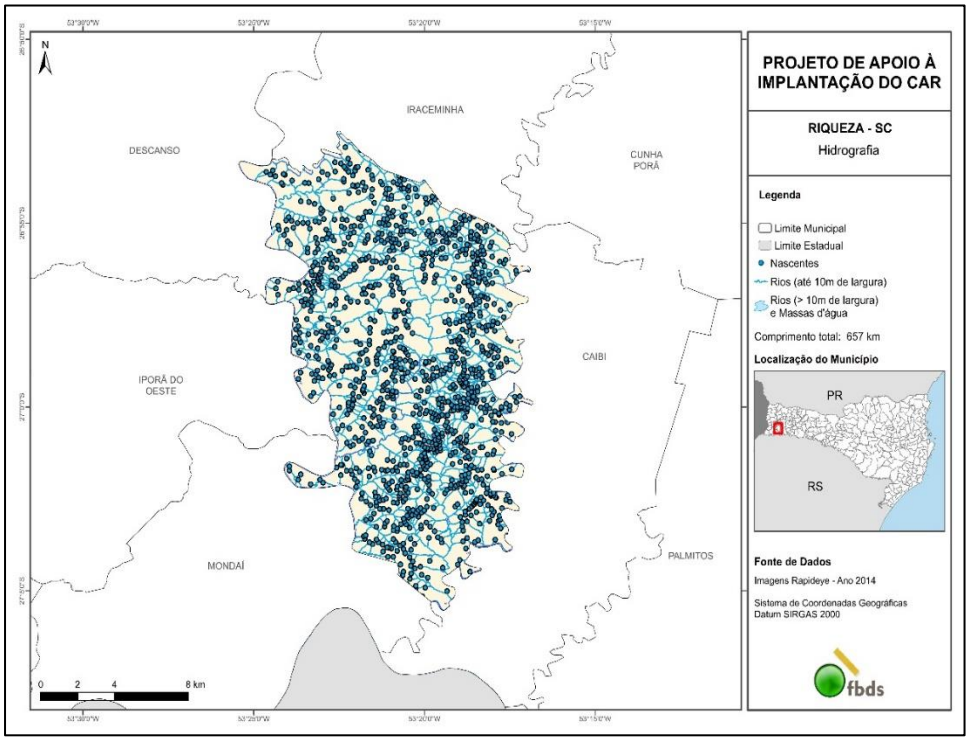


Figura 09 – Hidrografia do município de Riqueza.
Fonte: FBDS (2023).

O Rio Iracema é o responsável pelo abastecimento de água da CASAN e o fornecimento de água a população que está situada na sede urbana da cidade.

O município possui deficiência no sistema de escoamento de águas pluviais em algumas áreas. Como exemplo, o centro da cidade, que é cortada pelo Arroio Riqueza, onde já houve registros de enchentes na calha do rio, em momentos de chuvas intensas e continuadas, chegando a inundar pontos mais baixos, bloqueando a passagem das vias públicas

3.6 Saúde

A Secretaria Municipal de Saúde de Riqueza possui 2 Unidades Básicas de Saúde (UBS), sendo a Unidade Sanitária Sede de Riqueza, localizada na Rua Presidente Castelo Branco, n° 59, Centro - Riqueza e o Posto de Saúde Cambucica, localizado na Rua Fernando Pfeifer, s/n, Distrito Cambucica.

A Secretaria Municipal de Saúde se encontra em anexo a Unidade Sanitária Sede de Riqueza.

São ofertados aos munícipes riquezense todos os serviços que o SUS disponibiliza para o atendimento da integralidade da assistência à saúde, como segue:

- Unidade Sanitária Sede de Riqueza:
  - Atenção Primaria;
  - Estratégia de Saúde da Família;
  - Saúde Bucal;
  - Assistência Farmacêutica;
  - Sala de Vacina;
  - Atendimento psicológico;
  - Serviços de Laboratórios terceirizados
  - Serviços de Fisioterapias terceirizados;
  - Serviços de Urgência e Emergência com encaminhamentos às referências;
  - Encaminhamentos para média e alta complexidade (SISREG);
  - Convênios com os Consórcios de Saúde (CIS-AMERIOS);
  - Vigilância em Saúde.

- Posto de Saúde Cambucica:

- Atenção Primaria;
- Estratégia de Saúde da Família;
- Saúde Bucal.

3.7 Assistência Social

O Departamento Municipal de Assistência e Promoção Social de Riqueza, tem como finalidade formular, programar, coordenar, executar, monitorar e avaliar políticas e estratégias para o Sistema Único de Assistência Social – SUAS no âmbito do Município, considerando a articulação de suas funções de proteção, defesa e vigilância sociais, observadas as disposições, normativas e Pactuações Interfederativas aplicáveis, e executar atividades compatíveis e correlatas com a sua área de atuação.

O Centro Social Urbano está localizado na Rua Iracema, n° 99, Centro, telefone (49) 36753290, é coordenado pelo Diretor Wanderlei Jose Kosczinski, sendo os seguintes programas e projetos desenvolvidos:

- Programa atendimento ao Imigrante;
- Projeto Riqueza Florida;
- Programa Tardes da Vovô, trabalhos com artesanato;
- Projeto Vida saudável - aulas de ginástica e exercícios físicos;
- Programa Cadastro Único;
- Bolsa família;
- Programa de Atendimento ao Idoso - Palestras, Orientações diversas;
- Encaminhamentos com a equipe de Assistência social e Psicóloga.

O Centro de Referência de Assistência Social Básica (CRAS) está localizado na Rua Cristian Scholl, n° 165, Centro, telefone (49) 36753290, é coordenado pela Assistente Social Veronica Heinen, sendo os seguintes programas e projetos desenvolvidos:

- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.;
- PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família;
- Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiências e Idosas;
- Benefício de Prestação Continuada;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- Conselho Municipal Da Pessoa Idosa;
- Conselho Municipal de Assistência Social.

3.8 Segurança

3.8.2 Polícia Militar

O Município de Riqueza conta com a Polícia Militar do 9ºCRPM/11ºBPM/1Cia/4ºPel/7ºGp – 7º Grupo, situada na Rua Christian Scholl, nº 13 – Centro, Município: Riqueza

O grupamento é composto por 03 Policiais Militares lotado no município de Riqueza, sendo que trabalham em conjunto com o efetivo da Delegacia de Mondaí, totalizando um efetivo de 14 policiais.

O responsável pelo grupamento da Polícia Militar é o 3° Sargento Erico Milani da Rocha.

Telefone para Contato: (49) 991070914.

3.8.1 Polícia Civil

O Município de Riqueza conta com a Delegacia de Polícia de Riqueza, localizada Rua Cristian Scholl, n° 13 - Centro – Riqueza/SC, a qual pertence a Delegacia da Comarca de Mondaí.

Conta com um Agente de Polícia e uma Escrivã de Polícia que prestam atendimento ao público de segunda a sexta-feira, das 12 h às 19 h.

Delegado responsável pela delegacia é o Sr. Thiago Gonçalves Moreno Gomez

Agente de Polícia responsável pelo expediente é o Sr. Júlio Manuel Urqueta Gomez.

Telefone para contato: (49) 36750032.

3.9 Obras

A Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos do Município de Riqueza está localizada na Rua João Bernardes, nº 80, Bairro Centro.

O responsável pelo setor é o Secretário Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos, Sr. Claudecir Cecatto. Telefone: (49) 999711933 ou 36753286.

Segue lista com os equipamentos e máquinas que a Secretaria possui a disposição para atender à população riquezense para manutenção e obras.

Quadro 01. Lista de equipamentos e máquinas

Equipamento/ Máquina	Quantidade
Veículos leves	8
Caminhões caçambas	9
Escavadeira Hidráulica	2
Retroescavadeira	5
Motoniveladora	2
Rolo Compactador	1
Trator de Esteira	1
Ônibus	4

4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos

Desastres Naturais e Antropogênicos ocorridos nos últimos dez anos no município de Riqueza/SC.

Mês/Ano	Classificação do Desastre (COBRADE – Anexo XX)	Breve relato
03/2004	Vendaval - 1.3.2.1.5	Queda de árvores; Estragos em propriedades particulares e públicas; Danos na rede de distribuição de energia.
05/2004 04/2005 07/2006 04/2009 01/2012 03/2020 10/2020 04/2021 12/2021	Estiagem - 1.4.1.1.0	Prejuízos na produção agrícola, leiteira, pecuária e avicultura; Racionamento no abastecimento de água da CASAN; Distribuição de água a propriedades rurais.
05/2009	Enxurradas - 1.2.2.0.0	Chuvas intensas e concentradas em pouco espaço de tempo; Prejuízos e estragos em propriedades particulares e públicas.
06/2014 12/2015 06/2017	Chuvas intensas - 1.3.2.1.4	Chuvas intensas e concentradas em pouco espaço de tempo; Alagamentos de residências; Transbordo de pequenos riachos; Prejuízos e estragos em propriedades particulares e públicas.
03/2020 05/2021	Doenças infecciosas virais - 1.5.1.1.0	Covid-19 Dengue

5. Gestão de Risco em Desastres

Para desenvolver as atividades da gestão de risco, foi criado pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Vigilância em Saúde e Ambiente, o programa VIGIDESASTRES que tem como objetivo o desenvolvimento de um conjunto de ações, de forma contínua, pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde, reduzir doenças e agravos secundários à exposição e reduzir os danos à infraestrutura de saúde.

Em 2019, o Programa VIGIDESASTRES foi instituído neste município e o ponto focal do VIGIDESASTRES atualmente é a fiscal da Vigilância Sanitária Municipal Francieli Pesamosca.

5.1 Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres

Etapa	Fase	Objetivo
Redução Elementos da Gestão de risco para evitar ou limitar o impacto adverso de ameaças.	Prevenção	Atividades para evitar o evento ou para impedir a emergência.
	Mitigação	Medidas para limitar o impacto adverso.
	Preparação	Medidas para identificar e reduzir as vulnerabilidades e os riscos.
Manejo Ações que devem ser provenientes do sinal de alerta, intensificação das atividades de rotina e execução de ações necessárias.	Alerta	Divulgação sobre a proximidade de uma emergência ou desastres e sobre ações que instituições e a população devem realizar para minimizar os efeitos ao risco.
	Resposta	Atividades para gerir os efeitos de um evento.
Recuperação Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a Reconstrução.	Reabilitação	Período de transição que se inicia ao final da resposta em se restabelecem, de forma transitória, os serviços básicos indispensáveis.

Etapa	Fase	Objetivo
	Reconstrução	Nova infraestrutura física, com medidas para redução das vulnerabilidades e riscos.

Fonte: CGVAM/DSAST/SVS/MS

5.2 Classificação do desastre, de acordo com o COBRADE

5.2.1 Vendaval - 1.3.2.1.5

Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região.

5.2.2 Estiagem - 1.4.1.1.0

Período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.

5.2.3 Enxurradas - 1.2.2.0.0

Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.

5.2.4 Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4

São chuvas que ocorrem com acumulados significativos, causando múltiplos desastres (ex.: inundações, movimentos de massa, enxurradas, etc.)

5.2.5 Doenças Infeciosas Virais - 1.5.1.1.0

Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.

5.3 Atuação de gestão do risco

5.3.1 Ocorrência de Vendaval

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis, como EPAGRI e Defesa Civil.	Equipes da Secretarias de Saúde e Agricultura, Defesa Civil.
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de E-mail e WhatsApp.	Ponto focal do VIGIDESASTRES Fiscal da Vigilância Sanitária.
Mitigação	Divulgar alertas à população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de tempestade e ventos na região.	Defesa Civil, Secretaria de Agricultura, Epagri, Vigilância Sanitária, juntamente com o Assessoria de Imprensa da Prefeitura.
Preparação	Organizar espaços físicos (abrigos) adequados para receber famílias que tenham suas residências atingidas.	Administração Municipal, Secretaria de Saúde e Assistência Social.
	Manter um ponto de referência e telefone de contato para a população solicitar ajuda.	Secretaria de Saúde e Assistência Social, Administração Municipal e Defesa Civil.
Níveis de resposta	**Ações**	**Coordenadores/Responsáveis**

ESPIL (Emergência de Saúde Pública de Nível Local)	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Ponto focal do VIGIDESASTRES Fiscal da Vigilância Sanitária.
	Articulação intersetorial	Defesa Civil, Secretaria de Saúde e Assistência Social.
	Solicitar o Kit de medicamentos e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC (NOTA TÉCNICA CONJUNTA nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC).	Secretaria de Saúde, através da Vigilância Sanitária e Assistência Farmacêutica.
Recuperação	**Ações**	**Coordenadores/Responsáveis**
Reabilitação	Apurar o número de famílias atingidas e que necessitem de auxílio.	Departamento de Assistência Social.
	Remoção dos munícipes que se encontrem em locais de risco ou isoladas.	Defesa Civil e Corpo de Bombeiros.
	Realocação das famílias que tiveram suas residências atingidas e danificadas em abrigos.	Secretaria de Saúde e Assistência Social. Administração Municipal.
	Fiscalizar e orientar às pessoas ocupantes de abrigos coletivos (caso tenham sido ativados), atentando para os cuidados com o armazenamento de alimentos e medicamentos, preparo da alimentação, cuidados com a água, manejo dos resíduos sólidos e efluentes sanitários, controle de roedores, etc.	Secretaria da Saúde, através da Vigilância Sanitária.

	Estabelecer a necessidade de intensificar a coleta e a disposição adequada dos resíduos sólidos gerados pelos abrigos e áreas críticas/vulneráveis, evitando o acúmulo de lixo e com isso os agravos correspondentes à saúde da população.	Secretaria de Saúde e Assistência Social. Administração Municipal.
	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde.	Secretaria de Saúde e Assistência Social, através das Agentes Comunitárias de Saúde e Agente de Endemias.
	Organizar os serviços das Unidades Básicas de Saúde para atender aos munícipes que procurem atendimento.	Secretaria de Saúde.
	Fiscalizar os estabelecimentos que armazenam, comercializam, manipulam e forneçam alimentos que tenham sido expostos, efetuando a imediata remoção e destino final adequado dos produtos danificados.	Secretaria de Saúde, através da Vigilância Sanitária.
Reconstrução	Disponibilizar auxilio na recuperação das propriedades atingidas.	Administração Municipal, Secretaria de Obras e Defesa Civil.
	Implementar serviços de coleta dos entulhos (móveis, utensílios e outros) destruídos pelas inundações.	Administração Municipal, Secretaria de Obras.

5.3.2 Ocorrência de Granizo

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis, como EPAGRI e Defesa Civil.	Equipes das Secretarias Municipais de Saúde, Agricultura e Meio Ambiente.
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de E-mail e WhatsApp.	Ponto focal do VIGIDESASTRES Fiscal da Vigilância Sanitária.
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de tempestade com granizo na região.	Equipes das Secretarias Municipais de Saúde, Agricultura e Meio Ambiente, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura Municipal.
Preparação	Organizar espaços físicos (abrigos) adequados para receber famílias que tenham suas residências atingidas.	Administração Municipal, Secretárias de Saúde e Assistência Social.
	Manter um ponto de referência e telefone de contato para a população solicitar ajuda.	Administração Municipal, Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil.
Níveis de resposta	**Ações**	**Coordenadores/Responsáveis**
ESPIL (Emergência de Saúde Pública de Nível Local)	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Ponto focal do VIGIDESASTRES Fiscal da Vigilância Sanitária.
	Articulação intersetorial	Secretarias de Saúde, Defesa Civil.

	Solicitar o Kit de medicamentos e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC (NOTA TÉCNICA CONJUNTA nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC).	Secretaria de Saúde, através da Vigilância Sanitária e Assistência Farmacêutica.
Níveis de resposta	**Ações**	**Coordenadores/Responsáveis**
Reabilitação	Apurar o número de famílias atingidas e que necessitem de auxílio.	Departamento de Assistência Social.
	Realocação das famílias que tiveram suas residências atingidas e danificadas.	Secretaria de Saúde e Assistência Social. Administração Municipal.
	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde.	Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social, através das Agentes Comunitárias de Saúde e de Endemias.
	Organizar os serviços das Unidades Básicas de Saúde (UBS) para atender aos munícipes que procurem atendimento.	Secretaria Municipal de Saúde.
	Fiscalizar e orientar às pessoas ocupantes de abrigos coletivos (caso tenham sido ativados), atentando para os cuidados com o armazenamento de alimentos e medicamentos, preparo da alimentação, cuidados com a água, manejo dos resíduos sólidos e efluentes sanitários, controle de roedores, etc.	Secretaria da Saúde, através da Vigilância Sanitária.
	Estabelecer a necessidade de intensificar a coleta e a	Secretaria de Saúde e Assistência Social.

	disposição adequada dos resíduos sólidos gerados pelos abrigos e áreas críticas/vulneráveis, evitando o acúmulo de lixo e com isso os agravos correspondentes à saúde da população.	Administração Municipal.
Reconstrução	Disponibilizar auxílio para recuperação das propriedades atingidas.	Administração Municipal, Secretaria de Obras e Defesa Civil.
	Implementar serviços de coleta dos entulhos (móveis, utensílios e outros) destruídos pelas inundações.	Administração Municipal, Secretaria de Obras.

5.3.3 Ocorrência de Estiagem

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis, como EPAGRI e Defesa Civil.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de E-mail e WhatsApp.	Ponto focal do VIGIDESASTRE Fiscal da Vigilância Sanitária.
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de estiagem na região.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura, juntamente Assessoria de Imprensa da Prefeitura.
Preparação	Manter um ponto de referência e telefone de contato para a população solicitar ajuda.	Adm. Municipal, Defesa Civil e Secretaria de Saúde.

Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL (Emergência de Saúde Pública de Nível Local)	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Ponto focal do VIGIDESASTRES Fiscal da Vigilância Sanitária.
	Articulação intersetorial	Secretarias de Saúde e Defesa Civil.
Recuperação	**Ações**	**Coordenadores/Responsáveis**
Reabilitação	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde.	Secretaria da Saúde, através das Agentes Comunitárias de Saúde e Endemias.
	Organizar os serviços das Unidades Básicas de Saúde para atender aos munícipes que procurem atendimento.	Secretaria da Saúde.
	Providenciar Caminhão Pipa para distribuição de água potável às famílias atingidas.	Secretaria da Agricultura e Obras.
	Fiscalizar a qualidade da água fornecida pelo caminhão pipa.	Secretaria de Saúde, através da Vigilância Sanitária.
Reconstrução	Incentivar a proteção de fonte alternativas individuais.	Adm. Municipal, Secretárias de Agricultura e Obras.
	Solicitar o aumento da capacidade de distribuição de água pela CASAN.	Secretaria de Administração.
	Incentivar a instalação de cisternas e perfuração de poços artesianos para armazenar água nas propriedades.	Administração Municipal, Secretaria da Agricultura e Obras.

5.3.4 Ocorrência de Enxurradas

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis, como EPAGRI e Defesa Civil.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de E-mail e WhatsApp.	Ponto focal do VIGIDESASTRES Fiscal da Vigilância Sanitária.
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de chuvas intensas na região, com possíveis elevação dos vasões de água.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura, juntamente Assessoria de Imprensa da Prefeitura.
Preparação	Organizar espaços físicos (abrigos) adequados para receber famílias que tenham suas residências atingidas.	Administração Municipal, Secretária de Saúde e Assistência Social.
	Manter um ponto de referência e telefone de contato para a população solicitar ajuda.	Administração Municipal, Defesa Civil e Secretaria de Saúde e Assistência Social.
Níveis de resposta	**Ações**	**Coordenadores/Responsáveis**
ESPIL (Emergência de Saúde Pública de Nível Local)	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Ponto focal do VIGIDESASTRES Fiscal da Vigilância Sanitária.
	Articulação intersetorial	Defesa Civil e Secretaria de Saúde e Assistência Social.

	Solicitar o Kit de medicamentos e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC (NOTA TÉCNICA CONJUNTA nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC).	Secretaria de Saúde, através da Vigilância Sanitária e Assistência Farmacêutica.
Recuperação	**Ações**	**Coordenadores/Responsáveis**
Reabilitação	Apurar o número de famílias atingidas e que necessitem de auxílio.	Departamento de Assistência Social.
	Remoção dos munícipes que se encontrem em áreas de risco ou isoladas.	Defesa Civil e Corpo de Bombeiros
	Realocação das famílias que tiveram as residências atingidas.	Secretaria de Saúde e Assistência Social. Administração Municipal.
	Fiscalizar e orientar às pessoas ocupantes de abrigos coletivos (caso tenham sido ativados), atentando para os cuidados com o armazenamento de alimentos e medicamentos, preparo da alimentação, cuidados com a água, manejo dos resíduos sólidos e efluentes sanitários, controle de roedores, etc.	Secretaria da Saúde, através da Vigilância Sanitária.
	Estabelecer a necessidade de intensificar a coleta e a disposição adequada dos resíduos sólidos gerados pelos abrigos e áreas críticas/vulneráveis, evitando o acúmulo de lixo e com isso os agravos correspondentes à saúde da população.	Secretaria de Saúde e Assistência Social, Administração Municipal.

	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde.	Secretaria de Saúde e Assistência Social, através das Agentes Comunitárias de Saúde e Agente de Endemias
	Distribuição de Hipoclorito de Sódio 2,5% para tratamento da água proveniente de fontes alternativas, caso o fornecimento de água tenha sido interrompido.	Secretaria da Saúde, através da Vigilância Sanitária.
	Organizar os serviços das Unidades Básicas de Saúde para atender aos munícipes que procurem atendimento.	Secretaria de Saúde e Assistência Social.
	Fiscalizar os estabelecimentos que armazenam, comercializam, manipulam e forneçam alimentos que tenham sido expostos, efetuando a imediata remoção e destino final adequado dos produtos danificados.	Secretaria de Saúde, através da Vigilância Sanitária.
Reconstrução	Disponibilizar auxilio na recuperação das propriedades atingidas.	Administração Municipal, Secretaria de Obras e Defesa Civil.
	Implementar serviços de coleta dos entulhos (móveis, utensílios e outros) destruídos pelas inundações.	Administração Municipal, Secretaria de Obras.
	Difundir amplamente orientações à população atingida para a volta às casas, caso as famílias tenham sido removidas para abrigos ou	Secretaria de Saúde e Assistência Social, através das Agentes Comunitárias de Saúde e Agente de Endemias.

	desalojadas de suas habitações, alertando-as para os riscos à saúde provocados por contaminações, choques elétricos ou traumas provocados por quedas, cortes com objetos perfurantes e cortantes contaminados, acidentes com animais peçonhentos ou não peçonhentos e outros.	

5.3.5 Ocorrência de Chuvas Intensas

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis, como EPAGRI e Defesa Civil.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de E-mail e WhatsApp.	Ponto focal do VIGIDESASTRES Fiscal da Vigilância Sanitária.
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de chuvas intensas na região, com possíveis elevação dos vasões de água.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura, juntamente Assessoria de Imprensa da Prefeitura.
Preparação	Organizar espaços físicos (abrigos) adequados para receber famílias que tenham suas residências atingidas.	Administração Municipal, Secretária de Saúde e Assistência Social.

	Manter um ponto de referência e telefone de contato para a população solicitar ajuda.	Administração Municipal, Defesa Civil e Secretaria de Saúde e Assistência Social.
Níveis de resposta	**Ações**	**Coordenadores/Responsáveis**
ESPIL (Emergência de Saúde Pública de Nível Local)	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Ponto focal do VIGIDESASTRES Fiscal da Vigilância Sanitária.
	Articulação intersetorial	Defesa Civil e Secretaria de Saúde e Assistência Social.
	Solicitar o Kit de medicamentos e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC (NOTA TÉCNICA CONJUNTA nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC).	Secretaria de Saúde, através da Vigilância Sanitária e Assistência Farmacêutica.
Recuperação	**Ações**	**Coordenadores/Responsáveis**
Reabilitação	Apurar o número de famílias atingidas e que necessitem de auxilio	Departamento de Assistência Social.
	Remoção dos munícipes que se encontrem em áreas de risco ou isoladas.	Defesa Civil e Corpo de Bombeiros
	Realocação das famílias que tiveram as residências atingidas.	Secretaria de Saúde e Assistência Social. Administração Municipal
	Fiscalizar os estabelecimentos que armazenam, comercializam, manipulam e forneçam alimentos que tenham sido expostos, efetuando a imediata remoção e destino final adequado dos produtos danificados.	Secretaria de Saúde, através da Vigilância Sanitária.

	Estabelecer a necessidade de intensificar a coleta e a disposição adequada dos resíduos sólidos gerados pelos abrigos e áreas críticas/vulneráveis, evitando o acúmulo de lixo e com isso os agravos correspondentes à saúde da população.	Secretaria de Saúde e Assistência Social. Administração Municipal.
	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde.	Secretaria de Saúde e Assistência Social, através das Agentes Comunitárias de Saúde e Agente de Endemias
	Distribuição de Hipoclorito de Sódio 2,5% para tratamento da água proveniente de fontes alternativas, caso o fornecimento de água tenha sido interrompido.	Secretaria da Saúde, através da Vigilância Sanitária.
	Organizar os serviços das Unidades Básicas de Saúde para atender aos munícipes que procurem atendimento	Secretaria de Saúde e Assistência Social.
	Realizar inspeções sanitárias para o controle ambiental do Aedes aegypti.	Secretaria de Saúde, através da Vigilância Sanitária, Agentes de Endemias e Agentes de Saúde.
	Solicitar o aumento do plano de amostragem de água, conforme a Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano.	Secretaria de Saúde, através da Vigilância Sanitária

Reconstrução	Disponibilizar auxilio na recuperação das propriedades atingidas.	Administração Municipal, Secretaria de Obras e Defesa Civil.
	Implementar serviços de coleta dos entulhos (móveis, utensílios e outros) destruídos pelas inundações.	Administração Municipal, Secretaria de Obras
	Difundir amplamente orientações à população atingida para a volta às casas, caso as famílias tenham sido removidas para abrigos ou desalojadas de suas habitações, alertando-as para os riscos à saúde provocados por contaminações, choques elétricos ou traumas provocados por quedas, cortes com objetos perfurantes e cortantes contaminados, acidentes com animais peçonhentos ou não peçonhentos e outros.	Secretaria de Saúde e Assistência Social, através das Agentes Comunitárias de Saúde e Agente de Endemias

5.3.6 -Ocorrência de Doenças Infecciosas Virais

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Desenvolvimento de atividades educativas continuadas sobre os cuidados relacionados à prevenção.	Secretaria de Saúde e Assistência Social, em conjunto com a Secretaria de Educação.
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de E-mail e WhatsApp.	Ponto focal do VIGIDESASTRES Fiscal da Vigilância Sanitária.

Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência no aumento de casos de doenças infecciosas virais.	Equipes da Secretaria de Saúde, juntamente com a Assessoria de Imprensa da Prefeitura.
Preparação	Adequar os serviços das Unidades de Saúde para atender a demanda relacionada a esse evento adverso.	Secretaria de Saúde.
	Dispor de medicamentos e insumos necessários, e profissionais capacitados para atender a demanda.	Secretaria de Saúde. Administração Municipal.
Níveis de resposta	**Ações**	**Coordenadores/Responsáveis**
ESPIL (Emergência de Saúde Pública de Nível Local)	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Ponto focal do VIGIDESASTRES Fiscal da Vigilância Sanitária.
	Criação da Sala de Situação.	Secretaria de Saúde.
	Solicitar o Kit de medicamentos e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC (NOTA TÉCNICA CONJUNTA nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC).	Secretaria de Saúde, através da Vigilância Sanitária e Assistência Farmacêutica.
Recuperação	**Ações**	**Coordenadores/Responsáveis**
Reabilitação	Averiguar os munícipes que foram expostos e que necessitem de atendimento.	Secretaria de Saúde.
	Detectar quais os agravos com maior incidência e realizar o manejo específico.	Secretaria de Saúde.

	Readequar os horários de atendimento e escala de trabalho dos profissionais para suprir a demanda.	Secretaria de Saúde.
	Realizar visitas domiciliares e monitoramento da população para orientar sobre os cuidados com a saúde em relação aos sintomas e possíveis agravos.	Secretaria de Saúde, através das Agentes Comunitárias de Saúde e Agente de Endemias.

6. Organização da resposta às emergências em saúde pública.

6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

O COES é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS, sendo constituído por profissionais das Coordenações-Gerais e Áreas Técnicas da Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, bem como gestores de outras instituições envolvidas na resposta (Anexo I, por exemplo) e com competência para atuar na tipologia de emergência identificada. A sua estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública. O município em caso de necessidade de ativação do COES entrará em contato com Secretaria de Estado da Saúde, sendo o Secretário de Estado da Saúde o responsável pela ativação do COES (Portaria SES nº 614 e 615 de 2021), com base no parecer técnico conjunto emitido em sala de situação, definindo o nível da emergência (ESPIL,ESPIE, ESPIN,ESPII).

6.2 Sala de situação

Na ocorrência de um evento será formado um comitê interno composto por representantes da Secretaria Municipal de Saúde. Os representantes (Quadro 02) terão as atribuições de acionar os coordenadores responsáveis

pelos setores da Secretaria de Saúde para composição da Sala de Situação, coordenar as ações assistenciais e/ou preventivas no âmbito do município e contatar as organizações vinculadas à assistência à saúde.

Quadro 02. Lista de representantes da SMS.

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde	Telefone	e-mail
Marcos Roberto Aguiar	(49) 36753250 (49) 988169621	saude@riqueza.sc.gov.br
Andreia Cristina Nicolay Dos Santos	(49) 36753250 (49) 988495367	enfermagem@riqueza.sc.gov.br
Jessica More Pauletti	(49) 36753250 (49)981495649	enfermagem@riqueza.sc.gov.br
Francieli Pesamosca	(49) 36753250 (49) 999409221	vigilancia_riqueza@hotmail.com

7. Informações à população

O Município de Riqueza possui diversos meios de comunicação disponíveis para alertar a população sobre os riscos caso venham a ocorrer algum tipo de evento adverso. Com o intuito de informar a população, atualmente são utilizados:

- O site oficial da Prefeitura Municipal: https://riqueza.sc.gov.br/
- Página oficial no Facebook: https://www.facebook.com/prefeituraderiqueza
- Perfil oficial do município no Instagram: https://www.instagram.com/prefeituraderiqueza/
- O programa Informativo da Prefeitura Municipal na Rádio Caibi 96.7 FM.
- Comunicados através dos grupos de Whatsapp.
- Orientações aos munícipes através das visitas domiciliares das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) e da Agente de Endemias (ACE).

8. Capacitações

As capacitações serão realizadas pelos profissionais técnicos da Secretária de Saúde do município, que atuam na área e possuem o conhecimento dos procedimentos necessários para a prevenção, mitigação e recuperação aos desastres.

9. Referências

CLIMATEMPO. Climatologia e histórico de previsão do tempo em Riqueza, BR. Disponível em: https://www.climatempo.com.br/climatologia/4681/riqueza-sc. Acesso em: 26 de abril de 2023.

COBRADE. Classificação e Codificação Brasileira de Desastres. Disponível em: http://www.defesacivil.rj.gov.br/images/formularios/COBRADE.pdf. Acesso em: 27 de setembro de 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/riqueza.html. Acesso em: 27 de setembro de 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cartas e Mapas.** Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/sc/riqueza_v2.pdf. Acesso em: 15 de maio de 2023.

ELLDORF, Bruno. MELLO, Rafael Corrêa de. **Setorização de áreas em alto e muito alto risco a movimentos de massa, enchentes e inundações: Riqueza, Santa Catarina.** Disponível em: https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/19710. Acesso em: 27 de setembro de 2022.

Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: https://geo.fbds.org.br/SC/RIQUEZA/MAPAS/SC_4215075_HIDROGRAFIA.jpg Acesso em: 15 de maio de 2023.

INMET. Instituto Nacional de Meteorologia. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Dados Históricos Anuais**. Disponível em: https://portal.inmet.gov.br/dadoshistoricos. Acesso em: 28 de setembro de 2022.

INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **CPTEC**, Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos. **Monitoramento Brasil. Precipitação Observada.** Disponível em: http://clima1.cptec.inpe.br/monitoramentobrasil/pt. Acesso em: 08 de maio de 2023.

MONTEIRO, Mauricí Amantino. **Caracterização climática do estado de Santa Catarina: uma abordagem dos principais sistemas atmosféricos que atuam durante o ano.** Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/14052/12896. Acesso em: 07 de novembro de 2022.

Prefeitura Municipal de Riqueza. Disponível em: https://riqueza.sc.gov.br/. . Acesso em: 15 de maio de 2023.

SACE, Sistema de Alerta de Eventos Críticos. **SGB**, Serviço Geológico do Brasil. Ministério de Minas e Energia. **Bacia do Rio Uruguai - Características.** Disponível em: http://www.cprm.gov.br/sace/index_bacias_monitoradas.php?getbacia=burugu ai#. Acesso em: 22 de março de 2023.

S2ID, Sistema Integrado de Informações Sobre Desastres. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Série Histórica**. Disponível em: https://s2id.mi.gov.br/ paginas/series/. Acesso em: 27 de setembro de 2022.

Anexo I

Contatos interinstitucionais

Instituições	Nome	Contatos
Saúde / Secretário	Marcos Roberto de Aguiar	(49) 36753250 (49) 988169621
Saúde / Vigilância Sanitária	Francieli Pesamosca	(49) 36753265 (49) 999409221
Saúde / Enfermeira Atenção Básica	Andreia Cristina Nicolay dos Santos	(49) 36753250 (49) 988495367
Transporte, Obras e Serviços Públicos / Secretário	Claudecir Cecatto	(49) 36753286 (49) 999711933
Agricultura e Meio Ambiente / Secretário	Marcos Antonio Garlet	(49) 36753207 (49) 998125859
Defesa Civil	Ederson Cecci	(49) 36753207 (49) 999182377
Assistência Social / Diretor	Wanderlei Jose Kosczinski	(49) 36753290 (49) 988162033
Administração e Finanças / Secretário	Ademar Antonio Pignat	(49) 36753200 (49) 999476072
Polícia Militar	Sargento Erico Milani da Rocha	(49) 3462-4093 (49) 991070914
Polícia Civil	Júlio Manuel Urqueta Gomez	(49) 36750032

Anexo II

Portaria n° 387/2023

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIQUEZA

PORTARIA N° 387/2023

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM
____/____/_____
CFE. LEI MUNICIPAL 0826/2020

Édina Faller
Mat Nº 1508-3

"Dispõe sobre a estruturação da equipe de elaboração do Plano de Preparação e Resposta às Emergências em Saúde Pública do Município de Riqueza/SC. ".

RENALDO MUELLER, Prefeito de Riqueza, Estado de Santa Catarina, de acordo com as atribuições que estão conferidas no artigo 64, VII, Da Lei Orgânica do Município;

Considerando a PORTARIA GM/MS Nº 4.185, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022 que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Programa Nacional de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres - Vigidesastres, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando que o Programa Vigidesastres do Estado de Santa Catarina está inserido na Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado;

Considerando a Deliberação 99/CIB/2022 que aprova o Plano Estadual de VIGIDESASTRES elaborado pela GESAM/DIVS/SUV para o biênio 2022-2024;

Considerando a Deliberação 134/CIB/2022 que estabelece que os municípios do Estado de Santa Catarina deverão aprovar os Planos Municipais do VIGIDESASTRES na Comissão Intergestores Regionais (CIR) de sua região até 30 de junho de 2023 e que as CIRs terão que enviar os Planos Municipais do VIGIDESASTRES para Comissão Intergestores Bipartite até 30 de junho de 2023;

Considerando a necessidade de organizar as equipes do Setor Saúde para elaboração do Planos Municipais de Preparação e Resposta às Emergências em Saúde Pública;

Considerando que os eventos adversos exigem a responsabilidade e articulação de profissionais de diferentes setores da saúde para ações de preparação e resposta;

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIQUEZA

Considerando a necessidade da articulação intra e interinstitucional, a fim de minimizar os potenciais impactos que os desastres naturais e tecnológicos podem causar à saúde da população, aos profissionais que atuam na emergência e na infraestrutura dos serviços de saúde;

R E S O L V E

Art. 1° INSTITUIR comissão para elaboração dos Planos Municipais de Preparação e Resposta a Emergências em Saúde Pública (PPR-ESP).

Art. 2° DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para, compor o grupo:

I – **SECRETARIA DE SAÚDE:** Marcos Roberto De Aguar;

II – **SERVIÇOS DE REGULAÇÃO:** Carolina Luiza Serafini;

III – **ATENÇÃO PRIMARIA A SAUDE:** Andreia Cristina Nicolay Dos Santos E Jessica More Pauletti;

IV- **ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**: André Eduardo Pignhat;

V- **VIGILÂNCIA SANITÁRIA**: Francieli Pesamosca;

VI – **VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA:** Gabriela Marostica e Rosimeri Bordignon;

VII- **ASSISTENCIA SOCIAL**: Wanderlei Jose Kosczinski;

VIII. **SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA:** Marcos Antônio Garlet;

IX. **DRME:** Claudecir Cecato.

Art. 3° fica designado **FRANCIELI PESAMOSCA** que será responsável pela comunicação de informações relativas a eventos adversos no município ao Ponto Focal estadual do Programa;

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIQUEZA

Riqueza/SC, 19 de maio de 2023.

Renaldo Mueller
Prefeito de Riqueza

Registro informatizado nesta data
Riqueza, 19 de maio de 2023.

Ademar Antônio Pignat
Secretário de Administração e Finanças

Anexo III

Ata do Conselho Municipal de Saúde

ATA N° 03/2023

REUNIU-SE NO DIA 25 DE MAIO DE 2023 AS 14 HORAS NA SALA DE REUNIÕES DA UNIDADE DE SAÚDE DE RIQUEZA, OS MEMROS DO COSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA APROVAÇÃO DAS SEGUINTES PAUTAS: A) APROVAÇÃO DOS PROTOCOLOS DA ATENÇÃO BÁSICA: SAÚDE DAS MULHERES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DE 2016; B) APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGENCIAS EM SAÚDE PUBLICA (PPR-ESP) C) APROVAÇÃO DOS PROTOCOLOS DE ENFERMAGEM. E CONSULTA DE ENFERMAGEM.

EM PRIMEIRO MOMENTO O PRESIDENTE DO COSELHO MINICIPAL ADRIANO BARICHELLO DEU A BOAS VINDAS A TODOS, E INICIOU EXPLANANDO SOBRE OS PROTOCOLOS DA ATENÇÃO BÁSICA: SAÚDE DAS MULHERES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DE 2016. O PRESENTE PROTOCOLO É REFERENTE AO CUIDADO DA MULHER NA AB E DIALOGA COM OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER (PNAISM) AO CONSIDERAR O GÊNERO, A INTEGRALIDADE E A PROMOÇÃO DA SAÚDE COMO PERSPECTIVAS PRIVILEGIADAS, BEM COMO OS AVANÇOS NO CAMPO DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS, SOB ORIENTAÇÃO DAS DIFERENTES DIMENSÕES DOS DIREITOS HUMANOS E QUESTÕES RELACIONADAS À CIDADANIA. EM SEGUNDO MOMENTO FALOU SOBRE OS PROTOCOLOS DE ENFERMAGEM E A CONSULTA EM ENFERMAGEM. OS PROTOCOLOS DE ENFERMAGEM SE CONSTITUEM COMO FERRAMENTA PARA NORMATIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CLÍNICA DO ENFERMEIRO NOS DIFERENTES PONTOS DA REDE DE ATENÇÃO. INTEGRA MÚLTIPLOS DOCUMENTOS E RECOMENDAÇÕES, BASEADOS EM EVIDÊNCIAS EM UMA FERRAMENTA AMPLA E CONCISA. TAL AMPLIAÇÃO VISA DINAMIZAR O ATENDIMENTO DO USUÁRIO NAS UNIDADES DE SAÚDE, FAVORECER O TRABALHO EM EQUIPE E RACIONALIZAR/VALORIZAR AS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS DE CADA PROFISSIONAL. A CONSULTA DE ENFERMAGEM É UMA ATIVIDADE INDEPENDENTE E PRIVATIVA DO ENFERMEIRO, CUJO OBJETIVO PROPICIA CONDIÇÕES PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA POR MEIO DE UMA ABORDAGEM CONTEXTUALIZADA E PARTICIPATIVA, E ESTÁ RESPALDADA POR UMA SÉRIE DE DISPOSITIVOS LEGAIS QUE ORIENTAM UMA PRÁTICA ÉTICA E SEGURA. A SOLICITAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES, A PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS E ENCAMINHAMENTOS DE USUÁRIOS A OUTROS SERVIÇOS, EM CONFORMIDADE COM PROTOCOLOS OU OUTRAS NORMATIVAS TÉCNICAS ESTABELECIDAS PELO GESTOR FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL OU DO DISTRITO FEDERAL E OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES LEGAIS DA PROFISSÃO, CONFIGURAM-SE COMO ATRIBUIÇÃO ESPECÍFICA DO ENFERMEIRO NA POLÍTICA NACIONAL DA ATENÇÃO BÁSICA, ALÉM DA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E ATIVIDADES EM GRUPO (BRASIL, 2011). A CONSULTA DE ENFERMAGEM DEVE OCORRER NO ATENDIMENTO À DEMANDA PROGRAMADA OU ESPONTÂNEA, NA UNIDADE DE SAÚDE, NO DOMICÍLIO OU EM OUTROS ESPAÇOS DO TERRITÓRIO.

POSTERIORMENTE PASSOU A PALAVRA PARA FRANCIELI PESAMOSCA RESPONSAVEL PELO SETOR DE VIGILANCIA SANITARIA DO MINICIPIO. EVIDENCIOU QUE NESSE PROCESSO, A ORGANIZAÇÃO GOVERNAMENTAL DO MUNICÍPIO, ENVOLVENDO OS SEUS DIFERENTES SETORES, É DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA, JÁ QUE SITUAÇÕES DE DESASTRES OCORREM NO TERRITÓRIO E O MUNICÍPIO É O PRIMEIRO RESPONDEDOR. O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA DELIBERAÇÃO CIB 99/2022, APROVOU A ELABORAÇÃO DE AÇÕES DO

Carolina B. Serafini, Franciéli Pesamosca, Wanderlei, Roger dos Santos Bieger, Luiz Sonello

"VIGIDESASTRES" NO ESTADO, A QUAL DEFINIU QUE OS MUNICÍPIOS SÃO RESPONSÁVEIS POR APRESENTAR O PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA (PPR-ESP), COM A FINALIDADE DE ELABORAR DE FORMA QUALIFICADA E COOPERATIVA, AS AÇÕES INTERSETORIAIS DE ATUAÇÃO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE E DESASTRES QUE DEMANDEM EMPREGO URGENTE DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO, RESPOSTA, CONTROLE E CONTENÇÃO DE RISCOS, COM A FINALIDADE DE REDUZIR DANOS E AGRAVOS À SAÚDE PÚBLICA, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO AS CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS, AMBIENTAIS, CLIMATOLÓGICAS, HIDROGRÁFICAS, DEMOGRÁFICAS, EPIDEMIOLÓGICAS, SOCIAIS E ECONÔMICAS DE CADA LOCALIDADE.

NÃO HAVENDO MAIS NADA A SE TRATAR, A PRESENTE ATA FOI ACEITA E APROVADA PELOS REPRESENTANTES.O PRESIDENTE AGRADECEU A PRESENÇÃA DE TODOS, DANDO POR ECERADA A REUNIÃO.

Carolina Lo. Serafini, Francieli Pesamosca Banderlei, Roger dos Santos Bieger, Tatio Tudel
Luiz Sanalho